



UM ANO DA INFÂMIA

Moraes divulga saldo do STF

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), tomou 6,2 mil decisões em processos referentes aos atos golpistas do dia 8 de janeiro de 2023. O balanço consta em um relatório das decisões tomadas pela Corte envolvendo o caso. O documento foi divulgado ontem pelo gabinete do magistrado.

O número abrange 255 autorizações de mandados de busca e apreensão, em mais de 400 endereços, e 350 quebras de sigilo bancário ou telemático. Ao todo, 146 réus serão julgados até abril deste ano, em 10 sessões virtuais. A Corte ainda irá retomar a análise de 29 ações penais, segundo o relatório.

De acordo com o gabinete do magistrado, foram abertas 1.345 ações penais. Existem também 1.113 ações penais suspensas que aguardam avaliação de acordos de não persecução penal. Esses casos se referem aos incitadores acampados em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília. No entanto, esses processos estão paralisados para a negociação de um possível acordo com a Procuradoria-Geral da República (PGR).

PMs sob suspeita

O STF marcou para fevereiro a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra os policiais militares do Distrito Federal que integravam a cúpula da corporação na época dos atos de 8 de janeiro. A denúncia será analisada pela Primeira Turma da Corte no plenário virtual, entre os dias 9 e 20 do mês que vem. Caso a maioria dos cinco integrantes do colegiado votem a favor da denúncia, os sete policiais se tornarão réus. O ministro Alexandre de Moraes é o relator do caso.

Entre os denunciados, estão os coronéis e ex-comandantes-gerais Fábio Augusto Vieira e Klepter Rosa Gonçalves. Além deles, os coronéis Jorge Eduardo Naime Barreto, ex-comandante do Departamento de Operações; o coronel Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra, ex-comandante do Departamento de Operações; e o coronel Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues, ex-chefe do 1º Comando de Policiamento Regional da PMDF.



Mostrei a conflagração na Praça dos três Poderes e orientei: 'Desçam lá e comandem pessoalmente a Polícia Militar do DF.' Eles concordaram sem vacilar, com notável senso de dever patriótico. No auge da tensão, lembrava o passo a passo dos dias 31 de março e 1º de abril de 1964"

Flávio Dino, ministro da Justiça e Segurança Pública

Outros denunciados pela PGR são o major Flávio Silvestre de Alencar e o tenente Rafael Pereira Martins. Todos os setes PMs estão detidos no 19º Batalhão da Polícia Militar, dentro do Complexo Penitenciário da Papuda, desde agosto do ano passado.

Dino se manifesta

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, afirmou ontem que orientou seus secretários a "comandar pessoalmente" a PMDF no enfrentamento ao ataque aos Três Poderes em 8 de janeiro. Em publicação no X, o chefe da pasta relembrou as medidas do ministério para lidar com os atos golpistas e detalhou a intervenção no comando da força policial.

"Mostrei a conflagração na Praça dos três Poderes e orientei: 'Desçam lá e comandem pessoalmente a Polícia Militar do DF.' Eles concordaram sem vacilar, com notável senso de dever patriótico. No auge da tensão, lembrava o passo a passo dos dias 31 de março e 1º de abril de 1964", escreveu.

Dino se referiu aos secretários Ricardo Cappelli e Diego Galdino, que assumiram a PMDF apenas no fim da tarde daquele dia, depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarar a intervenção federal. (com Agência Estado)

Carlos Vieira/CB/D.A Press



No dia seguinte, bolsonaristas foram retirados de acampamento no QG do Exército e levados à Polícia Federal

Repórteres do Correio contam o que viram

Trabalho como jornalista em Brasília há quase 30 anos. Entre os segmentos de cobertura, virei um setorista dos anos de chumbo. Mas não imaginei testemunhar, filmar e fotografar mais que uma tentativa de desestabilizar um governo. Foi um surto violento para depôr um presidente eleito. Se tratou de algo muito bem planejado e organizado. A demonstrada convivência de parte da Polícia Militar contribuiu e facilitou. Cheguei à Esplanada pouco antes das 16h. Vi colegas agredidos, com equipamento de trabalho roubado e também em prantos. Ajudei a socorrer, tentando não perder a degradante e histórica cena de destruição diante dos olhos.

Evandro Éboli

Cheguei à Esplanada, à noite, para a coletiva do ministro Flávio Dino, no Palácio da Justiça. No caminho, pôde-se notar o rastro de destruição deixado pelos invasores. Vidros quebrados, barras de ferro e resto de coisas de quem passou ali. O forte esquema de segurança montado somente após os ataques demonstrou a gravidade da situação. Um trecho de 3km foi feito em 1 hora de carro. Para passar, apenas com credenciamento que provasse a necessidade de estar ali. As vias, sempre cheias de carros, estavam desertas. Os prédios, símbolos da República, foram completamente destruídos. E o clima chuvoso colaborou com a tristeza de quem viu pessoalmente a capital do país arrasada por criminosos.

Luana Patriolino

Fui a responsável por transmitir, em tempo real, toda a movimentação e o protesto por meio de uma live no Instagram do Correio. Me dirigi para onde estava a maior aglomeração de pessoas, no Congresso Nacional. Vi a depredação dos vidros da porta que dá acesso ao plenário. Do lado de fora, o clima era caótico. Não queriam ir embora. Fui ao QG do Exército perto da madrugada e, infiltrada, ouvi que eles não iriam desistir fácil. Por outro lado, alguns, com medo, começaram a deixar o acampamento com as malas. Voltamos, então, à Esplanada e mostramos o rastro de destruição. Nunca antes o coração de Brasília ficou tão despedaçado, feio, destruído.

Darcianne Diogo

Um dia antes, em 7 de janeiro, alguns grupos bolsonaristas começaram a postar vídeos falando sobre uma grande manifestação que iriam fazer. No dia seguinte, eles invadiram os prédios dos Três Poderes. Assim que cheguei ao local, encontrei jornalistas alertando para a violência que tinha tomado conta da cidade. Segui para o STF, que tinha acabado de ser invadido. Presenciei um homem subir em cima da cabeça da estátua A Justiça, localizada em frente à Corte com uma bandeira do Brasil. Quando ele desceu, outra pessoa, com a Constituição nas mãos, começou a rasgar o livro e jogar para cima. Um cenário de caos e horror.

Fernanda Strickland

Eleitores condenam

Um ano depois, a invasão de vândalos às sedes dos Três Poderes continua sendo condenada pela maioria avassaladora dos brasileiros. Conforme dados da Pesquisa Genial/Quaest, 89% dos entrevistados condenam a tentativa de golpe à democracia e dos ataques aos prédios do Palácio do Planalto, da Suprema Corte e do Congresso Nacional.

O levantamento mostra que em todas as regiões do país, faixas de renda, escolaridade e idade, em torno de 90% dos brasileiros condenam os atos, muito próximo aos 94% de rejeição captados logo depois dos acontecimentos, em fevereiro de 2023. Entre os eleitores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o índice de desaprovção dos ataques de vândalos chega a 85%. E, entre os que avaliam positivamente o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a reprovação é maior, e alcança 93%.

» Houve tentativa de negociação com os golpistas, porém, enquanto um grupo se concentrava na entrada do Palácio, outro já subia pela rampa e não era contido pelos seguranças.

» Às 15h, o Planalto foi invadido e a cavalaria era atacada. Entraram pelo acesso principal, no térreo, e pela rampa.

» No térreo, destruíram a galeria dos presidentes.

» Logo depois, acessaram o terceiro andar, onde fica o gabinete do presidente, que tem a blindagem reforçada.

» No Planalto, um painel de Di Cavalcanti foi atingido e um relógio da época do Império, destruído.

» 15h: invasão ao Supremo Tribunal Federal (STF)

» Outro grupo se dirigiu ao STF, local mais destruído pelos golpistas. Ministros da Corte foram alvos de críticas de Bolsonaro, durante seu mandato.

» Os vidros estilhaçados abriram caminho direto para o plenário do STF. Mesas e cadeiras usadas pelos

Ton Molina/AFP



magistrados foram destroçadas e o brasão da República, vandalizado.

» Do plenário, a multidão seguiu para os gabinetes, onde roubaram as togas usadas pelos ministros da Corte. Alexandre de Moraes era um dos alvos. Seu gabinete foi invadido e parcialmente destruído.

» Prisões começam a ocorrer.
» 17h: Retomada dos Três Poderes e intervenção

» Em Araraquara, Lula condena os atos, promete punição aos envolvidos e decreta intervenção na segurança do DF.

» O STF e o Planalto são retomados às 18:30. Os invasores seguem sendo presos.

» As forças policiais empregavam no Congresso o uso da cavalaria, jatos d'água e bombas de efeito moral na tentativa de desocupar o prédio. Helicópteros atiravam bombas de gás. O Congresso também é retomado.

» 19h: Isolamento dos prédios dos Três Poderes e retorno de Lula

» Após a desocupação, PMs isolam os prédios e os golpistas começam a retornar ao acampamento em frente ao QG do Exército.

MAURO PIMENTEL/AFP



» Lula desembarca em Brasília às 20h36 e segue para o Planalto. Depois, vai ao Supremo, onde é recebido pela presidente Rosa Weber e outros ministros.

» Bolsonaro se pronuncia às 21h17 e diz que as depredações "fugiam à regra".

» Ministros de Lula, às 22h, vão ao QG do Exército se encontrar com o comandante da força, Júlio Cesar de Arruda, e com o comandante militar do Planalto, Gustavo Menezes.

9 DE JANEIRO: A RESSACA GOLPISTA

» 00h15: governador afastado

» Moraes afasta Ibaneis Rocha do cargo por 90 dias.

» 7h30: retirada do acampamento em frente ao QG do Exército

» Logo cedo, começou a operação para retirar os manifestantes em frente ao QG. Cerca de 1,2 mil pessoas detidas foram encaminhadas à Academia da Polícia Federal para triagem.

» 11h30: Defesa da democracia

» Lula se reúne com lideranças dos outros Poderes para discutir o 8 de janeiro, no Planalto, e

divulgam uma nota conjunta em defesa da democracia.

» Lula recebeu também a solidariedade de outros chefes de estado, como Joe Biden.

» 19h: caminhada da democracia

» Lula participa de encontro com os 27 governadores e a reunião tornou-se um ato de simbólica união política. O tom era de repúdio à violência do dia anterior. Após o evento, de braços dados, os presentes caminharam do Palácio do Planalto em direção ao STF, o mais depredado dos três prédios atacados.

» Dois dias depois dos ataques, Moraes decretaria a prisão de Anderson Torres, que estava nos Estados Unidos na ocasião, e do ex-comandante da PMDF Fábio Vieira.

» A situação de Torres e Bolsonaro iria piorar, após uma operação de busca e apreensão na casa do ex-ministro encontrar uma minuta de decreto presidencial de estado de defesa no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Anderson Torres explicou se tratar de "uma pilha de documentos para descarte".